

**O MOVIMENTO DOS SEM TERRA (MST) COMO INICIATIVA DE  
CONSTRUÇÃO DE PAZ E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL**

**THE LANDLESS MOVEMENT (MST) AS AN INITIATIVE TO BUILD  
PEACE AND SOCIAL JUSTICE IN BRAZIL**

*Rislayne Vidal Freire Moraes\**

Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

**RESUMO**

Este presente trabalho buscou descrever parte da atuação dos movimentos sociais no Brasil, em especial as atividades e a história do Movimento dos Sem-Terra (MST) no tocante à transformação da vida de grupos vulnerabilizados socialmente no contexto brasileiro. Assim, é pretendido apresentar de que forma esse movimento garantiu justiça e uma melhor qualidade de vida pela reversão da estrutura de violência presente na vida dessas coletividades. Posteriormente, a noção ampla de violência de Galtung junto do conceito de não violência de Gene Sharp e movimentos pela paz, puderam possibilitar um melhor entendimento na atuação do MST no contexto brasileiro e todo o panorama que o mesmo estava inserido.

**Palavras-chave:** Movimento dos Sem-Terra (MST). Movimentos sociais. Não violência. Justiça social.

**ABSTRACT**

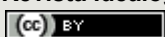
This article seeks to describe the work of social movements in Brazil, in particular the activities and history of the Landless Movement (MST), with regard to the transformation of the lives of socially vulnerable groups in the Brazilian context. The aim is to present how this movement has guaranteed justice and a better quality of life by reversing the structure of violence present in the lives of these collectivities. Subsequently, Galtung's broad notion of violence, together with Gene Sharp's concept of non-violence and movements for peace, could provide a better understanding of the MST's activities in the Brazilian context and the whole panorama in which it was inserted.

**Keywords:** The Landless Movement (MST). Social Movements. Nonviolence. Social Justice.

\* Bacharel em Relações Internacionais pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES) (2022), atualmente é mestranda em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), participou de projetos de extensão que trataram sobre política internacional, organizações internacionais, segurança internacional, estudos para a paz, comércio exterior, entre outros assuntos. Já participou de uma simulação de Organização Internacional em projeto de extensão. Pesquisa nas áreas de estudos decoloniais, feminismo, estudos para a paz, justiça social e América Latina.

Artigo Recebido em: 22/03/2019. Aceito em 21/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 8, n. 1, p. 51-62, 2024, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais, como ferramenta de transformação social, possuem sua importância no contexto de cada região a que nascem pela ação efetuada junto à sociedade civil trazendo um questionamento da atuação de instituições públicas e privadas daquele meio que, boa parte das vezes, não proporcionam à população uma garantia efetiva de seus direitos. Dessa forma, esses atores possuem, dentre suas funcionalidades e diferenças em tempo e espaço que atuam, o papel de destaque de possíveis contradições econômicas e sociais vividas pela sociedade ao ocorrer a luta pela implementação dos direitos fundamentais.

Assim, ao se entenderem como ações sociais coletivas, esses movimentos podem viabilizar formas alternativas de organização da sociedade e expressão de suas devidas demandas (GOHN, 2011, p. 335). Historicamente, esses atores representam forças organizadas agregando as pessoas como campo de atividades e experimentação social em uma fonte geradora de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011, p. 336). São criados diagnósticos nesses espaços sobre a realidade social e construção de propostas para saída dessas devidas adversidades. Na atuação em redes, são construídas ações coletivas como resistência à exclusão e luta pela inclusão social (GOHN, 2011, p. 336).

De acordo com Ammann (1991, p. 22), é trazida a contribuição de como a conceituação de movimento social se opera nos alicerces principais: de contestação de determinadas relações sociais dentro das relações de produção; com protagonistas podendo ser classes sociais, etnias ou partidos políticos, por exemplo; e que nem todo movimento social luta pelo poder, podendo buscar a transformação ou preservação de relações sociais já constituídas, quando as mesmas entrarem em ameaça.

No Brasil, a partir da década de 70 e 80, os movimentos sociais ganharam mais popularidade pelo seu caráter de oposição aos regimes militares, o que gradualmente foi transformando o cenário sociopolítico de maneira abrupta (GOHN, 2011, p. 342). Essa contribuição culminou, via

demandas e pressões organizadas, na conquista de muitos dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988 (GOHN, 2011, p. 342).

Diante desses fatores elucidados anteriormente, neste presente trabalho será trazido uma breve análise sobre o impacto do Movimento dos Sem-Terra (MST) na transformação da vida de grupos vulnerabilizados no contexto brasileiro com a finalidade de justiça social e garantia de direitos básicos. O recorte temporal foi delimitado em cima do tempo de existência do movimento a partir de meados da década de 80 até os dias atuais. A escolha do MST se deu por admiração pessoal pelo caráter emancipatório e empoderado do movimento que, através de sua atuação coletiva, pôde transformar, pelo menos em parte, a sociedade brasileira pelo seu acesso ao campo e aos outros âmbitos dos direitos coletivos intrínsecos à existência de cada pessoa.

Inicialmente, na primeira seção foi trazido o contexto brasileiro na época de formação do MST com uma explicação do porquê o movimento nasceu, quando nasceu e quais forças estavam envolvidas na época. Posteriormente, será apresentado o movimento em si com suas principais características e linhas estratégicas junto com um pouco do seu impacto no cotidiano dos participantes do movimento. Na segunda seção serão trazidos os elementos teóricos que puderam acrescentar em um melhor entendimento sobre o contexto e a história do movimento, dos quais foi priorizado trazer apenas linhas gerais para compreensão mais ampla. Por fim, em conclusão, foi buscado construir uma relação entre a primeira e a segunda seção indicando de que forma as teorias apresentadas puderam encontrar espaço em toda a história aqui descrita.

Assim, foi buscado um estudo sobre o conflito para esta pesquisa e, principalmente, sobre alternativas a ele. Pensar em alternativas frente à violência é fundamental especialmente no ponto de partida de um contexto latino americano imerso em ausência de garantias básicas atravessando gerações inteiras de uma grande parcela da população.

## RESPOSTA ÀS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E VIOLÊNCIA SOCIAL

### Contextualização do cenário brasileiro entre o século XX e XXI

Durante a ditadura militar brasileira, as políticas de violência e repressão se intensificaram tomando conta do dia a dia dos brasileiros, principalmente no âmbito do campo (CARNEIRO ALMEIDA, 2011, p. 26). A violência sobre os trabalhadores rurais se intensificou e ampliou seu grau de complexidade desde as ações mais diretas e ostensivas - pelos assassinatos e prisões - até a formas mais sutis e cotidianas - pelo enfraquecimento da capacidade de resistência e mobilização desses grupos (CARNEIRO ALMEIDA, 2011, p. 28).

Nesse período, ganharam mais espaço na esfera pública questões antigas da história brasileira, com esses grupos de camponeses lutando por sobrevivência, como afirma Leonilde Sérvolo de Medeiros (2010):

Pouco a pouco, ganharam o espaço público questões que não eram novas, mas que se atualizaram e adquiriram visibilidade de acordo com os diferentes tipos de tensão. A mais generalizada referia-se às lutas pela permanência na terra. Estas passaram a ser tratadas com base em noções de direito sobre a posse da terra trabalhada, culminando na tradução dessas lutas particulares em demanda mais geral por reforma agrária. A adesão a essa bandeira supunha também uma condenação à concentração da propriedade da terra e à improdutividade. Isso deu densidade social à palavra latifúndio que, mais do que grande extensão de terra, consolidou significados relacionados à opressão, exploração, violência, improdutividade. (Novaes, 1997 apud Carter, 2010, p. 117)

Apesar do ganho de espaço dessas antigas pautas, nesse período ocorreu bastante repressão e violência contra as lideranças camponesas que estavam sendo presas, violentadas e mortas pelos generais no período (MEDEIROS, 2010). Por esse panorama frente aos grupos vulnerabilizados, com o início dos anos 1980 no Brasil, veio um novo ciclo de luta em busca de reação às políticas violentas no campo e nas cidades. Novos temas e debates foram criando espaço cada vez mais com as novas auroras da redemocratização, onde cada luta se somou a várias outras de âmbito popular. Com a emergência de novas identidades, como é o caso dos sem-terra, dos atingidos por barragens, dos seringueiros, das quebradeiras de coco de babaçu, foram criadas novas formas

de luta passando a expressar novos temas e valores relacionados à crítica aos efeitos da modernização (MEDEIROS, 2010).

### **Movimentos sociais e mobilizações populares frente às injustiças sociais no campo e nas cidades**

Com as lutas de resistência e acesso à terra demandado, no final dos anos 1970 nasceu no sul do país um amplo movimento de ocupações de terra. Nesse momento, era questionada a legitimidade da propriedade das terras com o avanço na noção de função social da terra, que havia sido incorporada na Constituição brasileira de 1946 e atualizada posteriormente em 1988 (MEDEIROS, 2010, p. 129). Cada vez mais as ocupações cresciam e se espalhavam pelo país se consolidando com a organização do MST. Como Medeiros (2010) ainda reafirma, essa emergência dos trabalhadores rurais no cenário político veio como um fato novo na segunda metade do século XX. O que trouxe o atravessamento das lutas desses grupos no panorama nacional dentro dos seus devidos ciclos de mobilizações que fizeram emergir as muitas facetas de suas demandas (MEDEIROS, 2010, p. 135).

Nesse campo, o Movimento dos Sem Terra (MST) surge em uma conjuntura de decomposição do regime militar e de forte mobilização social por uma possível abertura política (FERNANDES, 2010, p. 163). Enquanto movimento, o MST tem seus períodos no processo de formação em quatro condições: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Pois como descreve Fernandes (2010), essas fases foram delimitadas tanto pelos processos internos ao movimento como também pelas mudanças na conjuntura externa no Brasil e no mundo.

O movimento é gerado ainda anteriormente ao 1º Encontro Nacional de Sem-Terra em 1984 com suas primeiras ocupações organizadas na região Sul do país em 1979. A Comissão Pastoral da Terra<sup>1</sup> (CPT) foi fundamental nesse andamento ao promover os encontros desses camponeses, que eram articulados

---

<sup>1</sup> Criada em 1975 pela Igreja Católica, trabalhou junto com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais articulando novos movimentos camponeses que insurgiram no regime militar (FERNANDES, 1999).



em espaços próprios a se engajarem na luta pela terra, superando seus isolamentos (FERNANDES, 2010, p. 165). Nesse meio, em 1983, com o apoio da CPT, ocorreram dois encontros preparatórios para a fundação do movimento, que teve criação oficial em janeiro de 1984 em Cascavel (PR), com a realização do seu 1º Congresso Nacional um ano depois com representantes da maioria dos estados brasileiros.

Desde o início, as lideranças do movimento tiveram a compreensão da importância da força e mobilização nacional para atingir interesses coletivos ao realizarem uma organização nacional abrangendo muitas áreas do país. Dirigentes de movimentos do campo extintos pela ditadura foram consultados nesse processo para uma melhor coleta de informações e reflexões acerca das forças necessárias para o enfrentamento de possíveis adversidades (FERNANDES, 2010, p. 166).

Nesse meio, princípios foram incorporados por essas lideranças na aprendizagem nas primeiras experiências do movimento, como destaca Fernandes (2010) em alguns exemplos:

Formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente; jamais separar a luta econômica da luta política; e manter sempre laços orgânicos entre a base e a direção (FERNANDES, 2010, p. 166).

Após a elaboração da Constituição de 1988, o MST já estava territorializado em quase todos os estados do Brasil, se espalhando através das suas ocupações de terra. Nesse momento teve sua consolidação como movimento nacional presente em todas as regiões do país (FERNANDES, 2010, p. 169). A formação de novas lideranças dentro do movimento veio com a construção de uma cultura e geração da identidade política dos sem-terra.

Com a popularização do movimento no país e no mundo, cada vez mais ocorria a atuação desse coletivo na luta pela terra. Através da construção de assentamentos e ocupações, esses camponeses puderam trazer uma resposta à territorialização do capital e a expropriação de suas terras por parte dos latifundiários (FERNANDES, 2010, p. 174). Como demonstrado por Fernandes (2010):

A territorialização do MST por meio da ocupação da terra é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. As lutas que geraram o MST foram, simultaneamente, lutas de posseiros e arrendatários para ficar na terra, ou daqueles camponeses que ao serem expulsos da terra ocuparam os latifúndios. As lutas realizadas no segundo momento de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terra para se livrarem do assalariamento (FERNANDES, 2010, p. 179).

Nesses contextos, diversas eram as motivações levadas à luta por esses trabalhadores que se entrecruzavam na necessidade, indignação, consciência política e identidade camponesa, por exemplo, buscando superar as desigualdades em que estavam inseridos (FERNANDES, 2010, p. 179). No andamento das atividades do movimento, o MST já contabilizava aproximadamente 250 mil famílias assentadas e 70 mil famílias acampadas pelo Brasil no início dos anos 2000 (CALDART, 2001, p. 207).

Através desses espaços, cada família pôde construir suas vidas e seus trabalhos além de contar com uma produção de alimentos para tantas outras pelo Brasil. É registrado também como em cada assentamento e em cada acampamento ocorre um florescimento educacional com crianças e adolescentes estudando nessas áreas, produzindo aos poucos a cultura educacional infantil no campo além de um movimento massivo de alfabetização de jovens e adultos sem-terra contribuindo para a formação da militância e do conjunto da família sem-terra por um todo. Esses aspectos ressaltam a multiplicidade das dimensões atuadas pelo movimento, o qual entende que a emancipação das coletividades atingidas pela violência precisa vir com outras lutas sociais combinadas com questões relacionadas à produção, educação, saúde, cultura e direitos humanos por um todo, onde cada sujeito de cada espaço do movimento se reconhece com uma humanidade plena (CALDART, 2001, p. 208).

Como Roseli Salete Caldart, pedagoga com especialidade em movimentos do campo, traz também no seu trabalho, o MST se destaca por outras características, dentre elas a radicalidade na sua maneira de subverter as violências dos sujeitos do campo, pela reafirmação da ocupação do latifúndio como principal forma de luta pela terra. O que Roseli descreve bastante bem em suas palavras:

Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente. Talvez seja esta radicalidade, da luta, do jeito e de quem a faz, o que provoca na sociedade tomada de posição imediata: as pessoas são contra ou são a favor das ações do MST; mas de modo geral não costumam ficar indiferentes a elas (CALDART, 2001, p. 208).

Assim, tem a necessidade do movimento ser pensado como um projeto concreto de contraponto aos processos de exclusão social ajudando a reconstruir uma perspectiva histórica dentro de uma utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos os cidadãos e cidadãs (CALDART, 2001, p. 209).

## ELEMENTOS TEÓRICOS RELACIONADOS

Após entender de que forma se materializou a violência no campo no Brasil e algumas das maneiras que a população pôde responder através do MST, é preciso delimitar a noção de violência para compreender de que forma e em que grau a mesma se deu no contexto em que esse movimento esteve inserido nesse tempo.

Johan Galtung, importante teórico no campo da construção da paz, pôde trazer suas contribuições aos conceitos de paz e violência através dos seus trabalhos. Como abordado pelo mesmo, a noção de violência se estende quando as realizações atuais humanas estão abaixo das realizações potenciais (GALTUNG, 1969, p. 168). Ao partir dessa lógica, é possível entender a má distribuição de recursos da terra, por exemplo, como uma manifestação de violência, já que como trazido anteriormente, a classe de latifundiários possuíam e ainda possuem a posse de boa parte das terras no cenário brasileiro enquanto uma parte bastante significativa da população não tem acesso garantido a esses espaços (FERNANDES, 1999).

A noção desse conceito se amplia a partir de dimensões físicas e psicológicas, além de sentidos positivos ou negativos, já que, como apresentado ainda por Galtung, ela pode ser considerada como um meio necessário para se alcançar determinado fim e ter diferentes significados na sociedade, podendo ter

justificativa ou não, dependendo do campo em que ela se instaura (GALTUNG, 1969, p. 169).

Ao comparar o corpo humano com uma máquina, Galtung traz a ideia de que a violência pode se manifestar de forma a destruir esse artefato (o corpo humano) ou na tentativa de impedir que a máquina funcione (pela negação de recursos ou movimentação na sociedade). A fronteira entre a violência física e psicológica não é clara, como ainda ressaltado por Galtung, uma vez que essas dimensões dialogam de forma constante entre si (GALTUNG, 1969, p. 175). Com essas contribuições, é possível entender como a violência, na história da vida humana, se tornou algo naturalizado e presente no dia a dia de muitos grupos de pessoas que constantemente têm seus direitos negados. Portanto, esse conceito usado aqui nesse trabalho terá essa visão ampliada indo além de apenas conflitos diretos.

Como extensão a essa abordagem, é necessário entender a não violência como uma estrutura fundamental da filosofia e contraponto dessa estrutura nociva. A violência, ao desejar, por fim, o extermínio do outro, não respeita a alteridade e a diferença (BEZERRA, 2019, p. 123). A não violência viria como uma ferramenta de resistência e resposta para a saída desse ciclo por uma quebra da estrutura buscando negar a violência pela dominação e transmutação do sentimento de destruição do outro que existe nos seres humanos (MULLER, 2006, p. 40 apud BEZERRA, 2019, p. 125).

Por uma vertente estratégica, Gene Sharp indica como é necessário um desmantelamento da base que sustenta esse poder nocivo (SHARP, 1983, p. 18). Essa noção é sustentada pela concepção de que o governo depende das pessoas, por um lado pluralista procurando ir de encontro à percepção violenta, ainda de acordo com Sharp, de que as pessoas que dependeriam do governo, o que poderia embasar boa parte da violência política (SHARP, 1983, p. 18).

Essa alternativa à violência, como diz Sharp, viria pela implementação de estratégias de atuação para trazer a não violência de forma prática e efetiva (SHARP, 2015 apud BEZERRA, 2019, p. 129). Com o planejamento de estratégias realistas, lideranças efetivas e utilização da propaganda, por exemplo, seria alcançada a utilização desse método. É enfatizado também a necessidade

de se utilizar de várias técnicas de forma abrangente, disciplinada e de maneira persistente para que então possa se chegar a algum lugar efetivo (BEZERRA, 2019, p. 129).

A apresentação desses conceitos de violência e não violência irão contribuir diretamente para a noção de movimentos pela paz, que seriam os atores que atuariam de forma direta para uma construção social mais equitativa nos moldes de paz ampliados. Esses agentes historicamente desempenharam uma importância significativa nos conflitos pelo mundo, sejam eles de natureza dentro dos limites dos Estados ou enfermidades que transbordaram essas fronteiras (DURÁN, 2006 apud BEZERRA, 2019, p. 130).

Apesar da ausência de clareza no conceito definitivo sobre o que seria esses movimentos, é trazida a noção de que esses atores mobilizariam a população de modo a influenciar na política a partir da união de três fatores principais: o favorecimento do contexto político para a mobilização, o desenvolvimento de uma ideologia com capacidade de transformação da consciência popular e a atração de uma ampla coalizão de ativistas na utilização pelo movimento de uma autonomia organizativa frente aos outros atores políticos e instituições sociais (COOPER, 1996, p. 23 apud BEZERRA, 2019, p. 133).

Assim, essa definição teria um olhar amplo na mobilização de grupos na sociedade através da amplitude também no conceito de paz e violência, pois como apresentado, teriam a abrangência da garantia de direitos e qualidade de vida digna nas presentes sociedades que essas definições seriam aplicadas (BEZERRA, 2019, p. 128).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, é necessário destacar e reafirmar como o Movimento dos Sem-Terra (MST) buscou contribuir para uma melhoria da vida dos trabalhadores do campo junto de seus núcleos familiares com as atividades desempenhadas dentro dos assentamentos e acampamentos do movimento. Através do conceito de violência de Galtung, é possível entender como o contexto de vida de cada

trabalhador tem sua complexidade na ausência de acesso à terra e em cada brutalidade presente no dia a dia.

Pela multiplicidade de áreas de vida abrangidas nesses espaços do movimento, é possível entender como o mesmo se propôs a transformar a qualidade de vida de seus integrantes pelo acesso a recursos além da terra, indo até à educação, saúde e atuação política, por exemplo. O que traz conexão com o entendimento de Galtung sobre o que realmente seria uma sociedade violenta, ao ponto em que o MST buscou, de forma estrutural, reverter isso em sua história.

Em detrimento disso, é possível identificar e trazer uma reflexão sobre como o movimento poderia ser classificado como uma proposta para a paz pela forte influência na política brasileira, uma vez que contribuiu com a emancipação desses grupos participantes e desenvolveu, nos seus núcleos educacionais, uma ideologia de olhar crítico às realidades vivenciadas por cada família, deixando claro que, sim, cada pessoa ali é digna de uma educação de qualidade, uma saúde adequada e uma consciência política, por exemplo.

Portanto, é necessário destacar como ao longo da trajetória do movimento o mesmo representou uma resposta da população às injustiças sociais históricas de repressão e desigualdade, o que, como mostrado vagamente anteriormente, tem raízes profundas desde o primeiro dia de história do Brasil. Assim, o trabalho aqui procurou relacionar um pouco as nuances do movimento à área de resolução de conflitos para ressaltar também, como a região latino americana é um espaço não apenas de violações de direitos mas também de reação e respostas da população à estrutura nociva que a engole todos os dias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S.B. **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez. 1991.

BEZERRA, C., Kuhlmann, P. R. L. Não Violência e Movimentos pela Paz. In Ferreira, M. A. S. V., Maschietto, R. H., Kuhlmann, P. R. L. **Estudos para a Paz**: Conceitos e Debates. São Cristóvão: Editora UFS, 2019, p. 119-149.



CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/03/23.

CARNEIRO ALMEIDA, Ana Cristina de et al. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985**: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/20158>. Acesso em: 17/03/23.

CARTER, Miguel et al. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8138/BVE19040267p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/03/23.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e territorialização do MST no Brasil. Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, p. 161-197, 2010. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8138/BVE19040267p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/03/23.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Bernardo-Fernandes-2/publication/265995351\\_Brasil\\_500\\_anos\\_de\\_luta\\_pela\\_terra\\_1/links/546e2530cf29806ec2e8cf6/Brasil-500-anos-de-luta-pela-terra-1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Bernardo-Fernandes-2/publication/265995351_Brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_1/links/546e2530cf29806ec2e8cf6/Brasil-500-anos-de-luta-pela-terra-1.pdf). Acesso em: 17/03/23.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002234336900600301?journalCode=jpra>. Acesso em: 17/03/23.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCKCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/03/23.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113 a 136. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8138/BVE19040267p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/03/23.

SHARP, Gene. **Poder, luta e defesa**: teoria e prática da ação não-violenta. Edições Paulinas, 1983. Disponível em: [https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/10/Power-Struggle-and-Defence-Portuguesesmallpdf-1.com\\_.pdf](https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/10/Power-Struggle-and-Defence-Portuguesesmallpdf-1.com_.pdf). Acesso em: 17/03/23.